



HAL
open science

Colonização agrícola e áreas protegidas no Oeste de Roraima

François-Michel Le Tourneau

► **To cite this version:**

François-Michel Le Tourneau. Colonização agrícola e áreas protegidas no Oeste de Roraima. Bruce Albert et Alcida Rita Ramos. Documentos Yanomami, 3, Comissão Pro-Yanomami (CCPY), pp.11-42, 2003. halshs-00007057

HAL Id: halshs-00007057

<https://shs.hal.science/halshs-00007057>

Submitted on 17 Jan 2006

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

*Colonização agrícola e áreas protegidas no Oeste de Roraima**

François–Michel Le Tourneau**

FIGURAS NO FINAL DO ARQUIVO

* Este artigo foi escrito em francês e traduzido para o português por Elizabeth Maria Speller Trajano.

Comparada aos movimentos dos anos 1970 e 1980, a recente retomada - em grande escala - da política de reforma agrária ou de colonização agrícola na Amazônia pode legitimamente preocupar no que se refere às suas conseqüências quanto a retomada do desflorestamento ou da invasão de terras protegidas. Entretanto, esse quadro geral deve ser amenizado pela análise das situações específicas das diferentes regiões que compõem a Amazônia, entre as quais as dinâmicas de povoamento e os níveis atingidos pela atividade humana são muito diversos. Por outro lado a ação colonizadora conduzida pelo INCRA manifesta incontestavelmente, desde 1999, novas concepções para o tratamento das questões ambientais, mesmo se o impacto das suas implantações continue a ser importante.

O Estado de Roraima se distingue pela importância do seu perímetro fundiário reconhecido como terras indígenas – aliás, as mais populosas na Amazônia brasileira - e por sua fraquíssima densidade populacional. Nesse contexto, a implantação de projetos de colonização envolvendo apenas alguns milhares de famílias poderia parecer anedótica se não fosse realizada, às vezes, nas proximidades imediatas de terras indígenas altamente cobiçadas por suas riquezas naturais. É importante examinar, assim, as conseqüências e os riscos potenciais dessa colonização, que pode manifestar-se seja como vetor de uma invasão progressiva das terras indígenas ou, ao contrário, como um meio de estabilizar a situação fundiária dos seus limites.

O presente artigo é baseado em um trabalho de campo realizado em fevereiro de 2000 em Roraima, e em várias fontes estatísticas ou de campo sobre a colonização agrícola na Amazônia que permitiram avaliar a sua situação em 2000¹.

I. Os fundamentos da colonização agrícola em Roraima

O afastamento de Roraima em relação às demais zonas de povoamento da Amazônia brasileira sempre fez desta região uma margem estratégica para os poderes públicos brasileiros. Esta situação teve duas conseqüências contraditórias. Por um lado, permitiu a sobrevivência de uma população indígena numerosa cujas lutas das últimas décadas veio a dar no reconhecimento oficial de seus vastos territórios tradicionais (Mapa 1), quase todos homologados hoje. Por outro, justificou, por parte do Estado Federal, uma ação geopolítica visando reforçar a « brasilidade » da região, apelando, em particular, para a colonização agrícola, isto é, um povoamento das regiões fronteiriças por populações exteriores a região.

I.1. O pano de fundo: uma margem estratégica

Desde seus primeiros reconhecimentos na região no século XVIII, os portugueses conferiram ao Alto Rio Branco um papel de ferrolho geoestratégico estabelecendo ali

¹ Esse trabalho foi desenvolvido no CREDAL (*Centre de Recherches et de Documentation sur l'Amérique Latine*) [Centro de Pesquisas e de Documentação sobre a América Latina] do CNRS (*Centre national de recherche scientifique*) [Centro Nacional de Pesquisa Científica] por Martine Droulers e François-Michel Le Tourneau. Uma versão foi publicada nos *Annales de Géographie* [*Anais de Geografia*], nº 621, outubro de 2001.

algumas explorações de pecuária bovina, encarregadas de impedir um eventual avanço espanhol em direção à Amazônia (Crocia de Barros, 1995). Este papel será reafirmado a partir de 1943, quando o governo Getúlio Vargas se propõe, a exemplo dos Estados Unidos, a melhor enquadrar as regiões fronteiriças do país, colocando-as sob a tutela direta do Estado Federal. Seis Territórios Federais são assim criados: Iguazu, Ponta Porã, Acre, Rondônia, Amapá e Rio Branco. Este último (225.000 km²), já estudado pelo geógrafo brasileiro Antônio Teixeira Guerra em 1957 (Guerra, 1957), foi tomado, em sua maior parte, do Estado do Amazonas e mudou de nome em 1962 para se tornar o Território Federal de Roraima.

Durante seu período de administração direta, o governo federal conduz por intermédio de um governador nomeado uma política de integração e de desenvolvimento cuja justificativa é a consolidação da presença brasileira nessa fronteira norte, considerada perigosamente “vazia”. Os efeitos dessa política são visíveis tanto na remodelação completa da capital, Boa Vista, segundo um plano ambicioso e monumental, quanto na realização de infra-estruturas pesadas como a rodovia Manaus-Boa Vista (concluída em 1978). É nesse âmbito que é também lançada na região uma colonização agrícola em grande escala, cuja justificativa é muito mais estratégica do que social: trata-se, sobretudo, de intensificar a ocupação humana das regiões fronteiriças, integrando-as ao espaço nacional (Martins, 1984). Nos anos 1980, o plano Calha Norte, que previa reforçar a presença militar ao longo da fronteira norte, reafirma esses objetivos. Entretanto, a rarefação dos meios financeiros e a contestação crescente contra esse tipo de iniciativa fazem com que o plano surta poucos efeitos além do estabelecimento de alguns Pelotões de Fronteira e de uma tentativa de fracionar a T.I. Yanomami em ilhas separadas por unidades de conservação (em particular Florestas Nacionais), com o propósito de quebrar o que os militares consideram como um território escapando à soberania nacional (apesar das terras indígenas serem terras do domínio da União) (Albert, 1990).

O retorno à democracia em 1985 leva ao abandono do controle direto do governo federal sobre os Territórios Federais ainda existentes (Amapá e Roraima), então transformados plenamente em Estados da Federação. Dentre várias mudanças, notamos a eleição em Roraima de um pessoal político pletórico em relação à população do estado: oito deputados, três senadores e 24 deputados estaduais para apenas 250.000 habitantes. Desde então, a vontade dessa classe política de constituir eleitorados cativos por meio de relações paternalistas e de sua intermediação do acesso à terra será um novo e forte incentivo ao desenvolvimento de projetos de colonização na região.

Porém, as modificações provocadas pela criação do estado sobre a gestão do espaço são menos importantes do que se pode imaginar em razão da situação fundiária particular de Roraima cujo território é, em sua maior parte, controlado pelo exército, o INCRA, o governo federal ou a FUNAI (Quadro 1). Este último organismo reveste uma importância particular já que cerca de 40% da superfície de Roraima são terras indígenas reconhecidas oficialmente como tais, apesar do forte movimento de protesto, e mesmo de oposição violenta, do governo local e dos fazendeiros, colonos e garimpeiros contra os Índios e suas associações (e contra as ONGs engajadas ao seu lado), já que a preservação e o uso sustentável das terras indígenas por seus habitantes tradicionais contradiz frontalmente os interesses políticos e econômicos locais.

Quadro 1. O controle federal sobre as terras de Roraima

Organismo	Porcentagem das terras controladas	Superfície das terras controladas
INCRA	28 %	64 470 km ²
FUNAI	39,4 %	90 670 km ²
Exército	2,85 %	6 560 km ²
IBAMA	2,11 %	4 870 km ²
Governo Federal	5,41 %	12 170 km ²
Total	77,7 %	178 740 km ²

Fonte: AMBTEC, 1994, p.36.

I.2.Uma população rural oriunda da colonização

Afora algumas fazendas antigas de pecuária no lavrado, às quais acrescentam-se, há cerca de vinte anos, algumas grandes propriedades em parte situadas nas regiões florestais, mas em sua maioria na região dos campos, ao norte de Roraima, a maior parte das implantações rurais do estado tem por origem a colonização agrícola incentivada pelo Estado Federal desde 1978. Em realidade, esse processo havia se iniciado no começo dos anos 1950, com a instalação de algumas dezenas de famílias que fundaram vilas, como as de Alto Alegre ou de Mucajaí (Crocia de Barros, 1994). Mas essas premissas não tiveram muito efeito e, afora a capital do estado e a região do lavrado – e, obviamente, os grupos indígenas - o povoamento de Roraima permaneceu muito baixo. A situação começou a mudar um pouco com a abertura da ligação rodoviária com Manaus (BR-174) no âmbito do programa POLORORAIMA (um dos quinze subprogramas do famoso POLAMAZÔNIA).

Um processo de colonização agrícola iniciou-se então, já que o programa previa também a instalação de pequenos agricultores nas zonas florestais, a exemplo do que havia sido promovido em Rondônia ou na Transamazônica. Este processo foi inicialmente conduzido pelo governo do Território Federal, e depois, a partir de 1982, revezado pelo governo federal (e portanto pelo INCRA). O desflorestamento, que, conseqüentemente, começou no estado, permite de monitorar e medir o fenômeno: as superfícies desmatadas progredem de 132 km², em 1978, a 3.620 km², em 1989; uma progressão de aproximadamente 300 km² por ano, em média (Barbosa, 1993). Entre 1980 e 1984, 17.680 migrantes instalaram-se em Roraima, 75% dos quais em zona rural. Estes colonos são majoritariamente oriundos de três regiões : Rondônia, Pará e Nordeste.

A chegada dos colonos em Roraima acelerou-se ainda nos anos 1989-90. De fato, nessa época, a garimpagem ilegal nas terras indígenas atingiu seu auge na região, atraindo numerosos garimpeiros da famosa Serra Pelada e de outros garimpos da Amazônia. Por outro lado, o governador Otomar de Souza Pinto, tirando proveito da autonomia adquirida graças à criação do novo estado de Roraima conclamou sua intenção de estabelecer 50.000 famílias em lotes agrícolas (objetivo que jamais se realizará). Constata-se então, à margem dos loteamentos agrícolas do INCRA, a multiplicação de loteamentos criados pelo Iteraima (Instituto de Terras do Estado de Roraima), acarretando às vezes litígios com o Estado

Federal sobre a propriedade de zonas loteadas. (deve-se notar, aliás, a grande dificuldade de se obterem informações em torno desses projetos²). Nesse contexto, o desmatamento se acelera: 800 km² a mais apenas para o ano de 1989. O censo de 1992 atesta claramente desse afluxo maciço de migrantes, já que a progressão em relação a 1980 é de 100.000 pessoas, isto é, quase o dobro da população em dez anos. A instalação desses colonos leva também a uma fragmentação administrativa do espaço, fortemente incentivada pelas autoridades locais. Contam-se assim dois municípios em Roraima em 1980 contra oito em 1988 e quinze em 1997.

Depois de 1992, o fechamento dos garimpos ilegais nas terras indígenas de Roraima leva a uma redução na imigração. Mas ela é fortemente retomada a partir de 1995 em razão da recuperação pelo governo Fernando Henrique Cardoso da política de reforma agrária em todo o país (planos *Brasil em Ação* e *Avança Brasil*). Essa política atinge freqüentemente pequenos agricultores procedentes de frentes pioneiras hoje mais consolidadas de Rondônia ou do Pará, onde não conseguiram se manter. Como em todos os estados amazônicos, novos projetos de colonização são portanto criados (Mapas 1 e 2), gerando um fluxo de cerca de 1.000 famílias por ano. O ritmo do desflorestamento mantém-se em torno de 300 km² por ano, totalizando, segundo o INPE, 6.112 km² desmatados em 1999. Como demonstra o Mapa 2, é o sul do Estado que recebe a maior parte das implantações.

A presença humana nas zonas rurais de Roraima, ainda que muito baixa, encontra-se assim em aumento substancial, passando, segundo a definição oficial, de cerca de 60.000 habitantes em 1996 a 77.500 em 2000. Na medida em que é difícil considerar como realmente urbana a população das « cidades » do interior de Roraima - na maioria das vezes vilas estreitamente ligadas à atividade agrícola -, parece-nos mais legítimo considerar que todas são rurais, à exceção da capital do estado, Boa Vista. Obtém-se então uma população rural de 124.000 habitantes em 2000 contra 93.000 em 1996, isto é, um aumento de mais de 20% em cinco anos - aumento comparável ao da capital, que ainda concentra aproximadamente 60 % da população do estado de Roraima.

Pode-se notar aqui que a importância e o crescimento da população rural do estado parecem estar muito estreitamente correlacionados à política de colonização local. De fato, se considerarmos que os lotes rurais são dados a famílias, isto é, a uma média de pelo menos quatro pessoas nessa região³, observamos que os 27.000 lotes dados pelo INCRA entre 1979 e 1999 deveriam representar 108.000 pessoas, ou seja, 87% da população rural de 2000. Essa concordância pode levar, em primeiro lugar, a relativizar o papel da colonização organizada pelo estado local em relação àquela promovida pelo Estado Federal. Em segundo lugar, ela indica a importância da colonização no desenvolvimento das zonas rurais e portanto seu forte impacto sobre todos os processos relacionados.

²A questão da origem e da responsabilidade dos projetos de colonização (administração federal ou estadual) é muito difícil de se esclarecer. Os projetos da parte sudeste de Roraima foram assim abertos pelo município de Caracará antes de serem retomados pelo INCRA em 1982. Da mesma maneira, os projetos de Itaipema são às vezes retomados pelo INCRA, ou abandonados, o que torna delicada a estimativa exata da importância da colonização no estado.

³Hipótese aliás baixa na medida em que as populações instaladas pelo INCRA em Roraima são em geral de origem do Maranhão ou do Pará, onde a natalidade ainda é muito elevada.

II. Um balanço da colonização agrícola e dos riscos para as áreas vizinhas

A colonização agrícola em Roraima foi afetada pela maior parte das dificuldades identificadas nos outros estados da Amazônia brasileira, geralmente agravadas pelo grande isolamento. Procuraremos aqui propor um balanço dessas implantações rurais e identificar os eventuais riscos que elas podem acarretar para as zonas de proteção ambiental ou as terras indígenas situadas na sua proximidade.

II.1. Muitos lotes rurais, um pouco menos de colonos e muito poucos agricultores

Ainda que a população rural cresça muito, o balanço da colonização em Roraima é muito ambíguo. Se o INCRA reivindica a instalação de mais 27.000 famílias (5.000 desde 1995), o IBGE recenseava, em 1995, somente 7.400 estabelecimentos agrícolas efetivos (para 22.000 lotes distribuídos até esta data). Por outro lado, estas estatísticas comprovam que 56 % dessas explorações obtêm uma renda « fraca » ou « quase nula »⁴. Isolados não somente do resto do país mas mesmo da capital do estado, em razão da precariedade das infra-estruturas de transporte, estas implantações rurais são assim um grande fracasso do ponto de vista econômico.

No esquema oficial e ideal, os produtores rurais deveriam passar de uma agricultura de subsistência a uma agricultura mais diversificada, produzindo arroz e farinha de mandioca, que lhes asseguram rendas monetárias estáveis, abastecendo o mercado local. Mas as evoluções constatadas no campo raramente seguem esse esquema. Quase metade dos colonos não consegue manter seu empreendimento, seja em razão de doenças graves, seja por falta de conhecimento do meio natural ou das técnicas agrícolas, seja ainda pela inadequação dos solos à agricultura.

Os projetos de colonização incluem portanto numerosos lotes vazios ou abandonados, que tornam ainda mais difíceis as ações comunitárias indispensáveis. Notamos assim que, em certos municípios (como São João da Baliza ou São Luiz), o número dos lotes concedidos até 1999 é superior à população recenseada em 2000⁵ ! A população rural que não consegue se manter efetua freqüentemente uma estada na capital antes de tentar novamente a sorte, seja no mesmo lote, seja em outro.

Por outro lado, alguns agricultores têm mais êxito, principalmente com a venda da farinha de mandioca, e chegam a obter de diversas maneiras (pela utilização do nome de outros membros da família, pela negociação dos direitos de uso, *etc.*) acesso ao usufruto de vários lotes. Saem então do âmbito da pequena agricultura para formar fazendas de criação de gado. Cerca de 5% dos agricultores fazem assim parte da « agricultura familiar » e obtêm uma renda « elevada ».

Todas essas dificuldades começam a ser percebidas e bem analisadas pelos organismos públicos de colonização, em particular o INCRA. Este organismo reconhece

⁴ Fonte: Banco de dados da Reforma Agrária, www.incra.gov.br/sade.

⁵ A baixa densidade da população rural em relação ao número de lotes explica-se igualmente pela ampla política de distribuição de lotes urbanos em Boa Vista. Muitos colonos organizam assim um sistema segundo o qual suas famílias vivem na capital, onde podem ter acesso a vários serviços, enquanto eles e os filhos em idade de trabalhar efetuam as estadas de trabalho no lote.

agora que o abandono de lote por grande parte das famílias instaladas prejudica o bom andamento dos seus projetos. Os objetivos atuais⁶ consistem em não propor projetos novos em 2000 e 2001 e instalar novas famílias em lotes abandonados. O censo dos lotes abandonados, em curso, é delicado: as migrações dos colonos para a cidade podem ser de longa duração sem implicar necessariamente uma renúncia ao lote, por exemplo no caso de doença grave do chefe de família. Outras iniciativas visavam a renovar o papel dos técnicos agrícolas encarregados de oferecer um direcionamento técnico aos produtores rurais, mas o fim precoce do projeto LUMIAR quebrou essa esperança. Nesse contexto, não se vê com clareza como converter os pequenos colonos a uma agricultura mais ao seu alcance, centrada em produtos de forte valor agregado e que necessite de pouco capital ou insumos, como a fruticultura ou os empreendimentos agro-florestais a partir de espécies nativas.

O INCRA afirma agora em nível nacional esforçar-se em proteger as áreas florestais (que constituíam até agora o meio favorito para a colonização). Ele renunciou à criação de novos projetos de loteamentos em região de floresta primária, o que, em Roraima, deveria significar à curto prazo o fim do processo de colonização em todo o sul do estado. No entanto, na medida em que o INCRA não se abstém de realizar regularizações fundiárias em áreas florestais, é provável que usará esse recurso jurídico para justificar novas instalações, de qualquer modo necessárias para atingir os objetivos fixados pelo governo federal (60.000 lotes para todo o Brasil em 2001).

Para desengano do INCRA, pode-se notar que os colonos de Roraima constituem provavelmente uma das populações mais difíceis de se integrarem a uma agricultura produtiva. Para a maioria, a chegada em Roraima é o fim (provisório?) de uma migração através de várias frentes pioneiras, nas quais estes colonos não conseguiram estabilizar sua sustentação econômica. Além do mais, o analfabetismo entre eles é maciço e a capacidade de empreender, ou o *know-how* agrícola, é muito fraco.

II.2. O processo de colonização e seus atores

Em princípio, todo projeto de colonização parte de um plano cadastral geométrico estabelecido pelo INCRA em torno da abertura de uma rede rodoviária de base, permitindo aos colonos encontrarem seu lote. Como enfatiza R. I. Barbosa (Barbosa org., 1997), esta rede rodoviária constitui a espinha dorsal de todo o processo de conquista espacial, já que só ela permite penetrar profundamente na floresta. Uma vez aberta a estrada, os lotes devem ser delimitados para somente depois serem ocupados por agricultores devidamente registrados e selecionados. Mas a realidade é outra. De fato, as estradas permitem aos camponeses sem terra entrar na área e atribuir-se lotes cujos limites são grosseiramente determinados por eles. A regularização fundiária é realizada *a posteriori* por equipes de agrimensores que tentam fazer corresponderem os lotes com seus limites previstos, gerando numerosos conflitos quando uma propriedade é fragmentada pelo novo cadastro, ou uma casa deve ser deslocada.

A fim de evitar estes problemas, o INCRA tenta em geral, hoje em dia, modificar suas práticas, abandonando os planos geométricos para promover desenhos mais adaptados às topografias locais, dando a cada lote acesso a um curso de água e eliminando os lotes com declividade excessiva. Porém, em 2000, esses novos modelos não pareciam ainda ter chegado a ser muito aplicados em Roraima. Além disso, como já frisamos, o plano

⁶ Entrevistas realizadas em fevereiro de 2000.

definitivo dos loteamentos muitas vezes depende mais das instalações improvisadas pelos camponeses sem terra do que do planejamento tecnocrático da ocupação do espaço.

O processo de colonização, e este é sem dúvida um de seus piores defeitos, não é conduzido unicamente pelas administrações encarregadas de promovê-lo. Os últimos migrantes a chegarem ao longo das estradas vicinais, não encontrando terras disponíveis, prolongam-nas com picadas improvisadas, o que lhes permite penetrar mais adiante na floresta. Estas picadas são geralmente abertas com o apoio de madeireiros, que remuneram o camponês pelas árvores retiradas do seu futuro lote.

Quando uma administração (o município ou o INCRA) decide abrir uma nova vicinal, esta última segue em realidade o traçado ou a direção das picadas mais povoadas ou mais freqüentadas de um loteamento. Desta forma, a ocupação e as atividades irregulares guiam em parte a conquista legal do espaço nos programas de colonização. Tal situação, ao mesmo tempo de imbricação e de concorrência dos processos legais e ilegais, é recorrente na Amazônia e acentua sua situação de zona pioneira. O dispositivo legal existe, mas ele é sempre ultrapassado pelas práticas ilegais, que produzem mais depredação do meio natural. Na maior parte do tempo, o dispositivo legal acaba sendo modificado para legitimar as situações de fato, mesmo que notáveis exceções comecem a surgir, como no caso das terras indígenas, que abordaremos mais adiante.

O Mapa 3 tenta mostrar quais são os atores da colonização e em que momento eles intervêm. O papel dos políticos locais deve ser particularmente destacado pois a atribuição de lotes nas zonas de colonização é um bom meio de constituir uma base eleitoral. Há oito deputados federais em Roraima para 70.000 eleitores, ou seja, um eleitorado de menos de 9.000 votantes por deputado. Bastam assim alguns poucos milhares de votos para ser eleito. A instalação de algumas centenas de famílias e as relações de clientelismo que decorrem desta distribuição de lotes (bem descritas na região de Marabá por Geffray (1995) ou Picard (1998)) é portanto uma garantia de se chegar rapidamente a funções de representação nacional com todos os privilégios que elas pressupõem. A migração é, portanto, muitas vezes incentivada ou facilitada primeiramente pelos políticos. Porém, o setor econômico local é também favorável à conquista das zonas florestais. Os empresários de obras públicas são os beneficiários dos canteiros de abertura de estradas enquanto os madeireiros precisam, para alcançar sua matéria-prima, de picadas que penetram sempre mais profundamente na floresta. Mas o papel mais importante no processo permanece, obviamente, o do colono ou do migrante que se instala na floresta.

Para tornar-se colono (e, portanto, ter acesso aos créditos do INCRA), os migrantes têm duas possibilidades. Ou são instalados diretamente pelo INCRA num novo lote, ou são integrados a um projeto de regularização fundiária. De fato, só a intervenção do INCRA permite passar de uma posse a um verdadeiro título de propriedade⁷. No caso, os limites - superiores ou inferiores dos lotes são revisados (as regras de colonização proíbem lotes inferiores a 25 hectares ou superiores a 60 hectares) e, às vezes, consideravelmente modificados

⁷ A regularização fundiária, ou legalização das posses, é uma das tarefas do INCRA. Esta tarefa se desenvolve hoje geralmente no âmbito de programas de colonização criados a partir de situações de invasão, onde não pode, de acordo com a Constituição Federal, atribuir lotes superiores a 50 hectares. Mas esta função de regularização foi freqüentemente deturpada, particularmente durante os governos militares, para homologar grandes propriedades. E em função desta manipulação que os proprietários fundiários da T.I. Raposa Serra do Sol parecem possuir títulos devidamente registrados.

As estratégias dos pequenos agricultores em Roraima assemelham-se àquelas que foram descritas para as demais regiões amazônicas. Raciocinando a curto prazo, eles podem contentar-se em concluir o desmatamento de sua parcela e cedê-la, uma vez convertida em pastagem, a um proprietário mais afortunado (fazendeiro ou empresário), obtendo com isso um capital que lhes permitirá instalar-se em outro lugar com melhores chances de sucesso. Alguns empreendedores dispendo de capitais importantes intervêm assim junto aos colonos a fim de acumular lotes, tornando-se grandes proprietários fundiários. Finalmente, estas fazendas serão ou não regularizadas em função dos apoios políticos desses proprietários.

Os colonos podem, ao contrário, tentar desenvolver um estabelecimento rural rentável, em particular com a ajuda de técnicos agrícolas, mesmo que estes sejam em número insuficiente. Estes técnicos são encarregados ao mesmo tempo de promover tipos de cultura adaptados aos solos e aos meios dos produtores rurais e de implementar uma verdadeira organização coletiva. Os colonos engajados neste processo poderão então entender-se diretamente com atacadistas regionais, ou tentar juntar-se a uma cooperativa de produtores para obterem um melhor acesso ao mercado e melhores rendas.

Todos os atores seguem uma lógica que depende de seus interesses próprios. Fora dos esforços do estado federal, não existe nem objetivo coerente para a conquista de terras novas, nem controle único da colonização na Amazônia. Em todo caso, a resultante das várias ações convergentes em favor da conquista territorial se dá numa progressão contínua da instalação de agricultores nas áreas florestais. Isto tem por consequência não somente um acréscimo das superfícies desmatadas, mas igualmente das zonas antrópicas, isto é, das áreas nas quais o funcionamento natural é profundamente perturbado pelo homem: zonas de caça em torno dos estabelecimentos rurais, zonas de extração de madeira, *etc.*

A intensificação do processo da colonização e a progressão do fenômeno de antropização associado representam justamente os principais riscos para as terras indígenas situadas nas proximidades dos projetos de assentamento rural, como é o caso da Terra Indígena Yanomami, no leste de Roraima.

III.3. Invasão e pilhagem: os dois riscos principais para as áreas protegidas limítrofes

a) O risco de invasão

Como já frisamos, existe uma coexistência estreita entre a implementação dos projetos de colonização oficiais e o surgimento de uma « frente pioneira » improvisada, na qual migrantes sem terra buscam apropriar-se de regiões que tornaram-se acessíveis graças às infra-estruturas disponibilizadas pelos programas oficiais. Um dos principais riscos ligados à abertura de projetos de colonização é, portanto, a invasão decorrente de vastas regiões que o governo federal terá, um dia ou outro, de legalizar para apaziguar as tensões sociais e as reivindicações dos posseiros.

Qual seria a magnitude desse risco no estado Roraima? Antes de mais nada, é importante notar que este processo de conquista territorial só pode ter por base um importante fluxo migratório em direção às zonas rurais. Ora, no momento, o crescimento da população rural de Roraima parece, ao contrário, totalmente dependente da abertura de lotes pelo INCRA. Assim, o afastamento ainda protege o estado, até o momento, de um afluxo maciço de migrantes fora das estruturas de colonização oficiais. Da mesma forma, a concentração da população na capital, Boa Vista, é um outro sinal claro do caráter pouco atrativo de suas zonas rurais. Finalmente, a redução progressiva da população rural no

Brasil, também confirmada pelo censo de 2000, indica uma redução da pressão sobre a terra, e conseqüentemente do contingente populacional disposto a enfrentar as terríveis condições de vida de uma primeira instalação agrícola no meio da floresta amazônica. O número de candidatos a um lote distribuídos pelo INCRA deve também diminuir em razão da generalização, por este organismo, do SIPRA, um sistema informático de seleção dos candidatos que permite afastar aqueles que não possuem verdadeira experiência agrícola ou os que já beneficiaram de um lote. Em Roraima, a aplicação estrita dessa medida - se for realizada - mudará drasticamente a situação, já que muitos migrantes são antigos colonos das outras frentes pioneiras da Amazônia ou de garimpeiros expulsos das terras indígenas do estado, com apenas uma prática episódica da agricultura.

Por outro lado, como foi muitas vezes observado, as invasões de terras por posseiros acontecem em geral ao longo das infra-estruturas de transporte ou à proximidade destas, por óbvias razões de futura rentabilidade dos estabelecimentos agrícolas. A fraqueza da malha rodoviária de Roraima - particularmente a rede secundária - coloca o estado ao abrigo deste fenômeno por um certo tempo. Nota-se ainda que, nas zonas virgens, as instalações agrícolas espontâneas localizam-se em geral à proximidade dos projetos oficiais, mais uma vez para aproveitar-se das infra-estruturas implantadas. O pequeno número dos projetos de colonização oficial em Roraima (33 projetos do INCRA ao todo) limita assim as áreas potencialmente atingidas.

Do ponto de vista específico das terras indígenas, notamos que grande parte dos projetos do INCRA está concentrada ao longo da rodovia Manaus-Boa Vista e em torno da vila de São João da Baliza. Os pontos de contato entre estas áreas protegidas e os perímetros do INCRA são portanto pouco numerosos, sendo assim :

- na extremidade da rodovia de Caroebe (contato com a T.I. Trombetas/Mapuera);
- ao sul do município de Rorainópolis (contato com a T.I. Waimiri/Atroari).
(Nesses dois casos, a documentação disponível, apesar de sua imprecisão, parece indicar até uma superposição entre certos projetos de colonização e as T.I. citadas).
- no município de Iracema (contato com a T.I. Yanomami);
- no município de Mucajaí (contato com a T.I. Yanomami);
- no município de Amajari (contato com a T.I. Ananás).

O número reduzido desses contatos e sua importância espacial limitada fazem que um monitoramento e uma fiscalização efetiva dessas regiões por sensoriamento remoto e/ou pesquisa de campo sejam tecnicamente possíveis. Mas são sobretudo avanços jurídicos recentes que permitem esperar que o risco de invasão maciça destas terras indígenas por projetos de colonização seja realmente limitado. De fato, um dos motores mais potentes do aumento das instalações de colonos em zona rural é a obtenção de créditos por parte do INCRA ou das instituições bancárias. Em ambos os casos, o proprietário deve provar a legalidade da sua ocupação. Ora, nenhuma regularização de posse pode ocorrer numa terra indígena oficialmente reconhecida como tal - o que é o caso para a maioria das terras indígenas de Roraima. Mesmo grandes proprietários fundiários foram recentemente expropriados por esta razão. Portanto, afora de alguns casos de ocupação ilegal, temporária e limitada no espaço, um risco de invasão puro e simples das terras indígenas de Roraima, pela fronteira agrícola - e , em particular das terras Yanomami -, parece bastante fraco - a menos de uma revisão surpreendente da legislação federal.

b) O empobrecimento das áreas florestais limítrofes

A exploração dos recursos florestais nos lotes dos colonos e em torno destes é um outro efeito clássico da instalação dos projetos de colonização. Esta exploração, particularmente atraente nas florestas de Roraima, ricas em essências nobres (Silva, 1997), atinge rapidamente as regiões limítrofes dos projetos - particularmente quando não estão bordados por propriedades fundiárias devidamente protegidas. De fato, os colonos esgotam rapidamente as reservas de seus lotes em caça e em madeira de valor comercial, destruindo, também, por meio de seus desmatamentos, as árvores frutíferas e as plantas alimentares ou medicinais nativas. Nesse contexto, a exploração dos recursos das áreas florestais limítrofes oferece uma oportunidade interessante de ampliação de sua renda monetária. Além disso, como já frisamos, os madeireiros desempenham um papel fundamental no sistema econômico implementado em torno dos projetos de colonização e das implantações agrícolas espontâneas associadas. As queimadas destinadas a limpar as pastagens dos colonos penetram também freqüentemente na floresta ao redor e causam danos importantes (Nepstad *et al.*, 1999), mesmo quando não atingem a situação catastrófica de 1998.

Assim, é legítimo pensar que a pilhagem dos recursos naturais e, em particular, dos recursos madeireiros, constitui o risco maior ao qual a implantação dos projetos de colonização expõe as zonas protegidas limítrofes. Entretanto, trata-se de atividades clandestinas ou semiclandestinas, que a presença de núcleos de povoamento indígenas próximos deveria desestimular - sob condição de estes não se deixarem atrair pela tentação de beneficiar dos lucros desta predação. Por outro lado, na ausência de perspectiva de criação de infra-estruturas de transporte nas áreas protegidas, os madeireiros devem ter o ônus da abertura de picadas na floresta primária, o que elimina toda a rentabilidade deste tipo de exploração ilegal além de uma certa distância (ponderada pelo relevo, a hidrografia, *etc.*). O mesmo efeito de margem, em menor escala, se observa com as atividades de caça, coleta ou pesca. As regiões potencialmente afetadas limitam-se, portanto, num primeiro momento, a uma banda de cerca de cinquenta quilômetros de profundidade a partir do perímetro de um projeto de colonização.

III. Um exemplo concreto: a região de Mucajaí - Alto Alegre

Qual poderá ser, nesse contexto, o destino das terras indígenas do leste de Roraima, nas áreas onde estão em contato com a frente de colonização? A região de Apiaú (Mapa 4) será sem dúvida um bom revelador da vontade e da capacidade do governo federal em fazer respeitar as disposições garantindo sua preservação. Sendo que as estradas vicinais desta zona de colonização atingem hoje os limites da T.I. Yanomami, é de se perguntar se sua homologação por decreto presidencial desestimulará um eventual processo de invasão ou se rodovias e explorações agrícolas serão criadas ilegalmente no seu perímetro graças ao apoio dos clientelismos locais (Albert, 1990). Podemos lembrar aqui o exemplo das regularizações de posse efetuadas pelo INCRA dentro da T.I. Raposa-Serra do Sol.

III.1. Uma dinâmica de conquista antiga mas ainda ativa

Os municípios de Mucajaí e Alto Alegre (Mapa 4) encontram-se na fronteira de vários mundos. Situados na zona de contato entre floresta e savana, são próximos a Boa

Vista, a capital do estado, mas estendem-se até a fronteira com a Venezuela e vêem sua extensão, em grande parte, ocupada pela T.I. Yanomami. Sua relativa proximidade de suas sedes com Boa Vista (90 quilômetros para Alto Alegre, 60 quilômetros para Mucajaí) e o fato de possuírem solos de razoável qualidade tornaram-nos particularmente atrativos para a instalação de pequenos agricultores.

A colonização desses municípios começou lentamente, com algumas dezenas de famílias, que fundaram as vilas de Alto Alegre e de Mucajaí nos anos 1950. A região caiu, em seguida, numa profunda letargia, que só se desfará com a abertura dae uma ligação rodoviária com Manaus (BR-174). Programas de colonização mais importante são então lançados pelo INCRA, como o Projeto Apiaú, que nasce em 1980. Registra-se mais tarde a criação regular de novos loteamentos, que, muitas vezes, não passam de regularização de ocupações ilegais. Os Projetos Paredão (Alto Alegre), Sumaúma e Vila Nova (Mucajaí) foram, assim, os últimos a serem regularizados. Vigora portanto um verdadeiro ciclo vicioso, já que as regularizações de lotes ilegais atraem novos migrantes. A equipe de gestão do Projeto Paredão dizia-se, assim, perfeitamente consciente do fato de as vicinais do projeto servirem de vias de penetração para migrantes não registrados, freqüentemente ligados por contrato a madeireiros. Entretanto, não há, no local, meio algum de denunciar essas instalações ilegais e menos ainda para impedir a sua multiplicação.

As estatísticas do IBGE demonstram o caráter pioneiro dos dois municípios. Registram-se, assim, grandes flutuações da população, com uma baixa notável daquela de Mucajaí, entre 1991 e 1998. O desequilíbrio entre homens e mulheres, clássico num caso como este, é bastante marcado, já que encontramos 54 % de homens em Mucajaí e 53 % em Alto Alegre. A população ainda é rural em sua maioria (53 % em Mucajaí e 61,5 % em Alto Alegre), e o nível escolar muito baixo, com uma média de pouco mais de quatro anos escolares por pessoa (isto é, o equivalente a um curso primário). A agricultura é o principal fornecedor de empregos.

Quadro 2. Principais variáveis estatísticas para os municípios de Mucajaí e Alto Alegre e comparação com Roraima

	Mucajaí	Alto Alegre	Roraima
População (n° de habitantes)	13 672	13 771	324 000

Área (km ²)	23 703	25 765	225 116
Número de explorações agrícolas	794	829	7476
Número de explorações praticando a criação de gado bovino	407	570	3700
População empregada na agricultura	2891	5675	34443
Superfície agrícola utilizada (km ² e percentagem sobre a superfície total)	1267 5,3 %	3430 13,3 %	29 770 13,2 %
Número de tratores	35	43	326
Efetivos bovinos (nº de cabeças)	60 489	18 768	400 000
Valor da produção 96/97 (reais)	3 900 000	7 825 000	62 085 000
Valor da produção por agricultor	1558	1378	1802

Fonte: IBGE/SIDRA e INCRA/SADE.

No Quadro 2, observamos uma escassa mecanização da agricultura local e seu fraco rendimento. Mucajaí corresponde perfeitamente ao modelo da agricultura pioneira, cujos estabelecimentos, em sua maioria não praticam a pecuária. Alto Alegre, em compensação, parece mais voltada para o gado (68 % dos estabelecimentos), mas isto deve-se, principalmente, ao fato que uma parte deste município é constituída de áreas de lavrado (o IBGE registra, assim, 150.000 hectares de « pastagens naturais » sobre os 343.000 hectares de superfície agrícola utilizada). Nestas áreas estão estabelecidas fazendas de criação extensiva de gado bovino, aumentando de maneira acentuada as superfícies exploradas e o valor da produção (50 % do valor da produção agrícola provêm da pecuária em Alto Alegre contra 34 % em Mucajaí). Por sua vez, a agricultura desenvolvida nas zonas florestais é estritamente do mesmo tipo nos dois municípios.

As estatísticas globais sobre o uso das terras desmatadas mostram que o objetivo de uma pequena agricultura rentável é muito raramente atingido na Amazônia: 44% das terras são convertidos em pastagens, e mais de 50% ocupados por florestas secundárias; somente 4% são utilizados para a agricultura. Mesmo sabendo que as florestas secundárias fazem parte do sistema de cultura, está claro que pelo menos dois terços das terras loteadas escapam ao plano que lhes havia sido fixado. O Quadro 3 mostra que os municípios de Mucajaí e Alto Alegre seguem exatamente esse modelo.

Quadro 3. *Utilização das terras nos municípios de Mucajaí e Alto Alegre*

	Município de Mucajaí	Município de Alto Alegre
Superfície agrícola utilizada	126 700 ha	343 000 ha

Culturas permanentes	642 ha ou 0,5 %	1 499 ha ou 0,4 %
Culturas temporárias	2 692 ha ou 2,1 %	2 900 ha ou 0,8 %
Capoeiras	3 136 ha ou 2,4 %	1 141 ha ou 0,3 %
Pastagens naturais	3 994 ha ou 3,1 %	150 719 ha ou 49,3 %
Pastagens plantadas	20 167 ha ou 15,9 %	34 434 ha ou 10 %
Florestas naturais	92 135 ha ou 72,7 %	123 173 ha ou 35,9 %
Terras produtivas não utilizadas	2 596 ha ou 2 %	12 693 ha ou 3,7 %

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1996.

De fato, a superfície das terras utilizadas para a agricultura parece muito baixa, enquanto as zonas exploradas, seja para a pecuária, seja para a extração de produtos florestais, são muito extensas.

III.2. Projetos em situações precárias

A observação detalhada da dinâmica de dois projetos de colonização, Sumaúma e Apiaú, permite chegar a uma idéia mais precisa das dificuldades da colonização agrícola no estado de Roraima, de suas limitações e das reformas sem as quais não se pode esperar sucesso algum nesta atividade.

a) Apiaú, um projeto de vinte anos

O Projeto Apiaú foi lançado na virada dos anos 1980 no município de Mucajaí. Este projeto teve várias fases e até hoje novas vicinais estão sendo abertas nele, à margem direita do rio Apiaú (a margem esquerda está também ocupada, mas com o nome de Projeto Vila Nova). A parte central do projeto permanece a área situada a redor da Vila Apiaú, criada *ex nihilo*, e contando hoje 250 casas, isto é, cerca de 1.200 habitantes, concentrados em torno do foco de atração constituído pela escola primária e o colégio. Já a zona rural na zona de influência desta vila contaria mais de 10.000 habitantes, segundo os responsáveis locais (mas essa afirmação contradiz os dados do censo IBGE de 2000, que registram cerca de 11.500 habitantes para o conjunto do município de Mucajaí).

Os lotes distribuídos no Projeto Apiaú eram, num primeiro tempo, de 100 hectares, tendo sido mais tarde limitados a 60 hectares. Os primeiros colonos (56 famílias) foram recrutados no Rio Grande do Sul. Depois, os migrantes procedentes do Nordeste tornaram-se majoritários. Uma boa parte dos ocupantes dos lotes são desprovidos de tradição agrícola. De fato, bastantes garimpeiros estabeleceram-se no projeto depois de ter sido expulsos da T.I. Yanomami, e, bem ou mal, se mantém nele hoje através de atividades agrícolas.

Se a história desse projeto é muito semelhante àquela dos outros projetos de colonização de Roraima e mesmo do conjunto da Amazônia brasileira, um evento chama entretanto a atenção: os incêndios de 1998 (ver o artigo de R.I. Barbosa a seguir neste Documento). A estação seca prolongou-se particularmente naquele ano e a floresta da região, uma formação de contato entre as savanas secas do norte e a floresta densa do sul e do oeste, tornou-se muito inflamável. As queimadas tradicionais causaram então gigantescos incêndios, que devastaram a região durante aproximadamente dois meses.

A Vila Apiaú, no centro da área em chamas, foi particularmente atingida, a tal ponto que o abastecimento de água teve que ser feito por caminhões-pipa, uma vez que os igarapés da região secaram – um acontecimento extremamente raro. A maioria das colheitas foi perdida e o fogo passou duas vezes a proximidade imediata da vila, destruindo 31 casas e uma parte significativa do gado. Mas, são as conseqüências à longo prazo que mais preocupam desde então a população atingida: de fato, a floresta sofreu tanto neste episódio que ela se encontra hoje muito mais inflamável.

Hoje, um certo número de responsáveis de Apiaú espera poder integrar toda esta região de colonização, incluindo os Projetos Vila Nova e Sumaúma, a fim de poder chegar à criação de um município. Esta estratégia explica, sem dúvida, o superestimação dos números da população do projeto e a construção recente de uma ponte sobre o rio, Apiaú ligando às diferentes zonas agrícolas.

a) Sumaúma, um projeto de menos de dez anos

Fundado pelo INCRA em 1996 através da regularização de implantações rurais existentes, o Projeto Sumaúma agrupa atualmente cerca de 600 famílias sobre 60.000 hectares. A situação da área é delicada sob diversos pontos de vista. Situada numa zona de floresta primária com muitos igarapés, a região encontra-se infestada de malária, o que torna o estado sanitário dos colonos péssimo (mais de 100 casos de malária por mês, segundo os dados do posto de saúde da vila). A situação das estradas é também muito precária, pondo obstáculos tanto ao escoamento da produção quanto ao abastecimento dos colonos e às remoções médicas. Finalmente, o espaço ocupado pelo projeto é bastante vasto, e uma boa parte dos colonos encontra-se afastada de vários quilômetros de seus vizinhos ou da vila local. Tal dispersão é obviamente prejudicial à implementação de imprescindíveis estruturas comunitárias. A conseqüência de todas estas dificuldades é a deserção dos lotes por muitos colonos, que não encontram no local, condições favoráveis a sua estabilidade: somente 600 famílias residem no local, para mais de 1.000 lotes atribuídos.

Os colonos praticam uma clássica agricultura de coivara. Em áreas desmatadas e queimadas plantam arroz, mandioca e milho. Nestes espaços pioneiros, a cultura da mandioca é a maior fonte de renda e a mais estável desde que o colono consiga investir na construção de sua própria casa de farinha (investimento de aproximadamente 1.200 reais⁸). A farinha é vendida a 30 reais a saca de 60 quilos e, um estabelecimento eficiente, pode chegar a produzir até dez sacas por semana. A produção é então escoada para o mercado de Alto Alegre, mas também para o de Boa Vista, mesmo que neste caso os elevados custos de transporte comprometam boa parte do lucro.

Os colonos esforçam-se para diversificar sua produção, alguns voltando-se para a fruticultura (abacaxi, laranja), outros, em maior número, para a criação de gado bovino. Para aprimorar sua situação, eles tentam também se organizar através de uma associação, procurando evitar que ela se torne um instrumento nas mãos dos políticos locais. Esta associação deveria permitir um melhor escoamento da produção e a aquisição de alguns meios mecânicos.

⁸ Entrevistas realizadas em fevereiro de 2000.

No plano administrativo, o Projeto Sumaúma tem uma situação particular. De fato, apesar de sua inclusão no município de Mucajaí, seu acesso só se torna possível atualmente por Alto Alegre. Esta vila desempenha, assim, para os colonos de Sumaúma tanto um papel de centro de serviços quanto de centro eleitoral. Apesar da construção de uma ponte cruzando o rio Apiaú, nada assegura que as relações entre o projeto Sumaúma e o resto do município de Mucajaí se reforcem, na medida em que Alto Alegre continuará, apesar de tudo, geograficamente mais próximo do que Mucajaí ou mesmo do que a Vila Apiaú.

III. 3. Há uma mutação da estratégia do pequeno colono?

A estratégia de acumulação dos pequenos colonos dessa região é bastante clássica, parecida daquelas já estudadas em Rondônia (Lena, 1986 e Droulers, Le Tourneau e Machado, 2001), na Transamazônica ou no Maranhão (IHEAL, 1981). Considera-se, assim, que a criação de gado bovino é o único meio de conquistar um capital durável e de elevar-se no plano social. Poucos são aqueles que se especializam em produtos de origem vegetal, como a farinha de mandioca. Ocorre que, segundo os técnicos agrícolas do Projeto Apiaú, os lotes concedidos pelo INCRA não possuem uma superfície suficiente para permitir a criação de gado de corte. De fato, um colono só tem o direito de desmatar a metade de sua parcela, o resto devendo permanecer enquanto floresta primária. Ora, com 30 hectares, e sabendo que a carga máxima em meio amazônico é de um boi por hectare, ele estaria limitado a 25 cabeças, quantia insuficiente para ultrapassar com folga o estágio da economia de subsistência. Isto é especialmente o caso na medida que o mercado leiteiro local é muito pouco desenvolvido. Portanto, para obter êxito na criação de gado é imprescindível que o agricultor possa adquirir novas terras e que, assim, saia do âmbito da pequena agricultura, contradizendo assim o princípio da colonização promovida pelo INCRA.

Diversas iniciativas esforçam-se para mudar a percepção que o pequeno agricultor tem de seu futuro, oferecendo-lhe novas oportunidades de produção. Quando visitamos os Projetos Sumaúma e Apiaú, grande parte dos colonos entrevistados afirma-nos serem a favor dessas novas alternativas. Alguns até tinham criados viveiros de plantas nativas a fim de enriquecer suas parcelas de floresta com árvores frutíferas (isto, freqüentemente, em projetos pilotos ou demonstrativos do INCRA). Todos afirmaram ter sido informados da obrigação de manter a floresta em pelo menos a metade de sua parcela e declararam respeitar a interdição. Estas afirmações podem, numa certa medida, constituir o sinal de uma certa mudança de mentalidade.

Os colonos dessa parte de Roraima já tiveram, muitas vezes, uma experiência da agricultura na floresta tropical através de uma primeira migração. Sua visão deste meio natural progrediu significativamente graças à influência dos técnicos agrícolas locais, mas, também, sob efeito do trauma causado pelos incêndios de 1997-98. Entretanto, esta mudança deve ser relativizada, tão forte é a impregnação das antigas concepções nas mentalidades. Assim, quando os técnicos do Projeto Paredão propuseram aos colonos de submeter propostas para um pedido de financiamento internacional, quase todas as respostas referiam-se à criação de gado bovino. Assim, se o novo discurso ambiental parece ter penetrado nas falas, ele encontra-se, pelo momento, ainda insuficientemente seguido na prática.

Por outro lado, as relações dos colonos com o mundo político ainda estão permeadas pelo clientelismo. Assim, cada melhoria das condições de vida nas vicinais (criação de um

colégio, de um serviço de ônibus, de um posto de saúde, *etc.*) deve ser articulada com os políticos, dando invariavelmente lugar a negociatas eleitoreiras. A situação não parece melhor em nível local, já que as lideranças das vilas de colonização têm freqüentemente por preocupação principal promover suas áreas à categoria de município, a fim de aceder à função de prefeito e de poder reproduzir o sistema clientelista que observam em nível mais elevado. A criação do município de Apiaú a partir do de Mucajaí, que, na época da pesquisa parecia próxima, ilustra perfeitamente esse fenômeno.

III.4. Projetos de colonização e áreas protegidas: relações de vizinhança a definir

A região de Mucajaí-Alto Alegre pode ser considerada exemplar da situação da colonização em Roraima, mas também pelo fato de ser limítrofe a terra indígena Yanomami cuja homologação e proteção foi objeto de numerosos conflitos desde os anos setenta.

Como podemos observar no Mapa 4, no momento, a colonização concentra-se seja na margem direita do rio Mucajaí depois da sua confluência com o rio Apiaú, seja no próprio local da confluência entre os dois rios, numa profundidade de cerca de 35 quilômetros. De acordo com os dados de 1999, não se constatava verdadeira implantação de colonos nesse setor próximo dos limites da T.I. Yanomami, ao contrário do que acontece na região de Arajani, mais ao sul. Notamos, aliás, que o desmatamento observado em 1999 em imagens de satélite ERS⁹ progrediu pouco para uma região de colonização, o que comprova as dificuldades encontradas pelos colonos.

Mas estes dados seriam suficientes para nos assegurar que os limites da T.I. Yanomami serão respeitadas? Não podemos ser tão afirmativos sobre este ponto. Em primeiro lugar, os estudos de campo conduzidos em fevereiro de 2000 permitiram constatar que o processo de colonização espontâneo está prosseguindo paralelamente à margem direita do rio Apiaú, em direção à T.I. Yanomami. Por outro lado, toda a zona de colonização situada na confluência dos rios Apiaú e Mucajaí está situada no perímetro de uma unidade de conservação, pelo menos nos mapas. Ocorre que, no local, ninguém parece informado da existência desta área de proteção, que seria, segundo os mapas do ISA (ISA, 2000) e do IBGE (IBGE, 1995), uma parte da Floresta Nacional de Roraima que se sobrepõe em parte a T.I. Yanomami e também a outras áreas fora dessa, como é caso do projeto Apiaú. Essa área protegida é provavelmente nada mais do que um vestígio jurídico da tentativa de desmembrar a T.I. Yanomami em “ilhas” dotadas de estatutos diferentes (Albert, 1992). Mesmo assim, este exemplo mostra até que ponto os textos oficiais são desconhecidos e desrespeitados nestas regiões interioranas ainda fora do alcance de qualquer fiscalização. Podemos então imaginar que os limites da T.I. Yanomami, elas também pouco visíveis na floresta (em particular entre os rios Apiaú e Mucajaí), e pouco conhecidas ou pouco reconhecidas pelos colonos, têm poucas chances de se ver respeitadas.

Entretanto, um das principais condições de “coexistência pacífica” dos (existentes e futuros) projetos de colonização limítrofes com a T.I. Yanomami reside na definição de relações de vizinhanças que, respeitando os limites legais de cada área, favorecem vantagens econômicas mútuas. Em razão da baixa densidade demográfica do povoamento indígena, o território Yanomami e seus recursos naturais aparecerão sempre, do ponto de vista dos colonos vizinhos, como um cofre-forte mal guardado. Nesse contexto, dois fatores

⁹ Imagens fornecidas pela Agência Espacial Européia no quadro AO3-160 “Litorais e rios na Guiana francesa”.

serão fundamentais para o respeito de seus limites. O primeiro desses fatores deve ser, por parte das lideranças Yanomami, uma consciência cada vez maior da importância de uma vigilância ostensiva das bordas da terra indígena, a fim de mostrar claramente que se trata de áreas efetivamente ocupadas. Esta consciência, bastante desenvolvida em outras etnias, onde as associações indígenas têm um importante papel político a nível local (Albert 1997), começa a surgir entre os Yanomami, em várias comunidades que já experimentaram diretamente os efeitos negativos da presença indiscriminada dos Brancos. O segundo fator deve ser o estabelecimento, pelos Yanomami, de relações econômicas baseadas na comercialização de produtos da floresta coletados por eles, nas suas terras, de forma organizada e não-predadora, e valorizados pelos colonos. A partir destas novas relações, as formas de ocupação do espaço de cada lado da divisa poderiam tornar-se complementares e, assim, melhorarem as condições de vida, tanto dos índios quanto dos colonos. Dessa forma, se houvesse, em paralelo, uma fiscalização eficiente das implantações ilegais pelo INCRA, a instalação dos colonos poderia tornar-se um meio de estabilizar a situação fundiária nos arredores dos limites da terra indígena.

Conclusão

Os processos de avanço da fronteira agrícola em Roraima originam-se, em grande parte, em programas voluntaristas lançados pela administração federal ou estadual. Desse modo, ao sul e a oeste do Estado, regiões de colonização implementadas pelo INCRA estão progredindo em direção às terras indígenas e constituam fontes potenciais de dificuldades para a manutenção da integridade destas áreas protegidas. Entretanto, o « perigo » não parece tanto vir destes projetos, que devem respeitar a legislação federal, mas sim dos movimentos de ocupação espontânea que os acompanham. Assim, os programas federais estão cercados de zonas de colonização que respondem a interesses políticos ou econômicos remetendo ao nível estadual. Estes interesses são também servidos por uma clientela local que possui suas próprias ambições, como, por exemplo, a delimitação de novos municípios. Portanto, toda ação visando uma melhoria da eficácia – muito baixa no momento- destes programas de colonização deveria intervir em todos esses níveis ao invés de centrar-se unicamente no plano local (envio de técnicos agrícolas) ou nacional (orientações gerais do INCRA). Da mesma forma, é criando em todos os escalões uma consciência do caráter definitivo das áreas protegidas que se poderá garantir o seu respeito.

Em Roraima, a situação parece poder ainda ser corrigida, pois as populações envolvidas são pouco numerosas. Entretanto, as atuais orientações do governo estadual, oposto às medidas de proteção ao patrimônio ambiental e aos direitos indígenas. Tal política, favorável a uma exploração predadora dos recursos naturais e a uma conquista agrícola rápida, compromete fortemente as chances de êxito de uma colonização racional, em particular pelo fato de colocar sistematicamente as relações com a (numerosa) população indígena do estado num plano conflituoso.

Fora disso, é preciso salientar que boa parte dos conflitos territoriais envolvendo os índios de Roraima provém da situação fundiária herdada do século passado e da presença de grandes fazendas instaladas à margem ou fora dos programas de colonização, notadamente na região do lavrado, no norte do estado. Entretanto, pode-se observar também que as mudanças de mentalidade envolvidas pelas novas orientações agrícolas promovidas pelo INCRA ainda não penetraram em profundidade no mundo dos pequenos agricultores do estado.

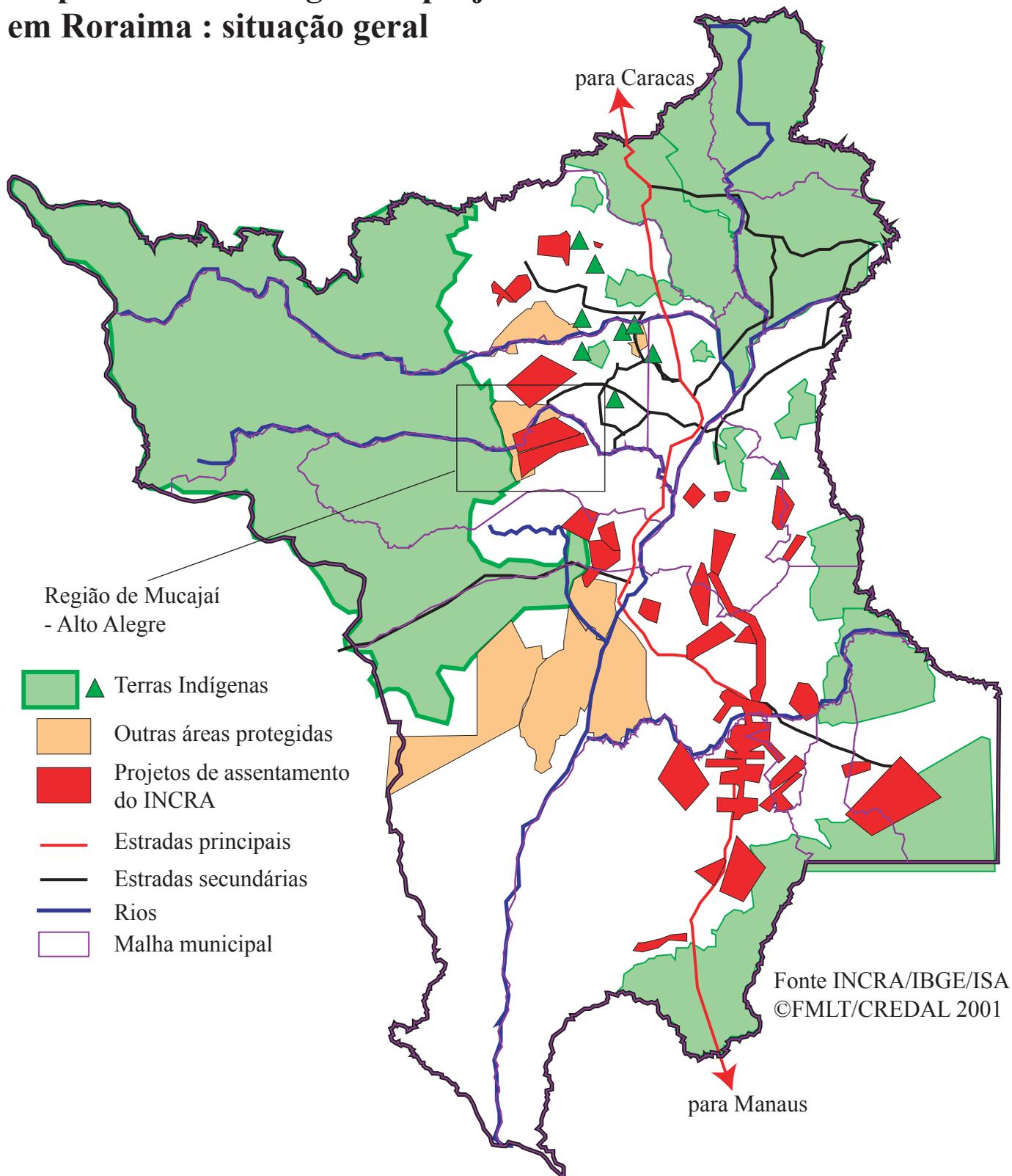
Finalmente, só pode-se desejar que ações de nível local, promovendo cooperações econômicas entre os colonos e os índios, baseadas no respeito da lei e nos conceitos do desenvolvimento sustentável tenham um valor demonstrativo suficiente para arrebatar a convicção de todos os escalões envolvidos.

Bibliografia

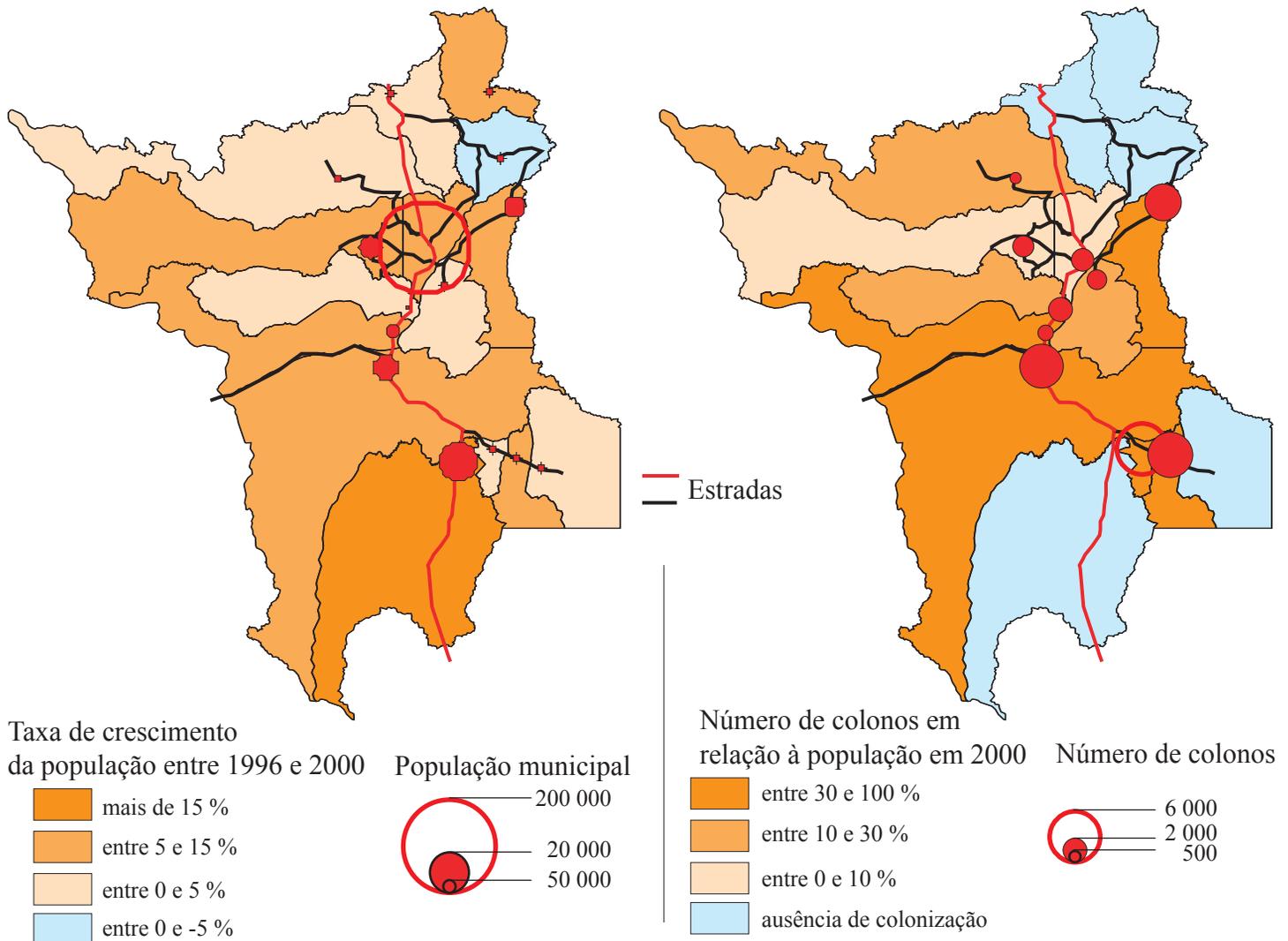
- ALBERT, B. 1990. « Développement amazonien et sécurité nationale : les Indiens Yanomami face au projet Calha Norte », in : *Ethnies* 11-12 : 116-127 (Paris, Survival International France).
- ALBERT, B. 1992. « Indian lands, environmental policy, and military geopolitics in the development of the Brazilian Amazon: The case of the Yanomami », *Development and Change* 23 (1): 35-70.
- ALBERT, B. 1997. « Territorialité, ethnopolitique et développement : à propos du mouvement indien en Amazonie brésilienne » in *Cahiers des Amériques latines*, IHEAL, n° 23 : 177-210 (Paris).
- AMBTEC (Fundação do meio ambiente e tecnologia de Roraima), 1994. *Roraima. O Brasil do hemisfério norte*. Boa Vista : AMBTEC , 512 p.
- BARBOSA, R. I., 1993 « Ocupação humana em Roraima », *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 9 (2) 177-197.
- BARBOSA, R.I.(ed.), 1997. *Homem, ambiente e ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA. 630 p.
- CROCIA DE BARROS, N. 1994. *The frontier cycle : a study of the agricultural frontier settlement in the southeast fo Roraima*, University of Durham Working Paper, 30 p.
- CROCIA DE BARROS, N. 1995. *Roraima : a dinâmica das paisagens culturais e das centralidades em fronteira no Brasil*, 30 p. mimeo.
- DROULERS, M., LE TOURNEAU, F.M., MACHADO, L., 2001. “Conflits d’usage de l’espace au Rondônia (Amazonie brésilienne) », *Cybergeo* 194 : <http://www.cybergeo.presse.fr/geocult/tourneau/article1.htm> .
- TEIXERA GUERRA, A. 1957. *Estudo geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: IBGE. 256 p.
- GEFFRAY, C. 1995. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne*. Paris : Karthala. 188 p.
- IBGE, 1995. *Amazônia legal*, mapa a escala de 1:3 000 000. Rio de Janeiro : IBGE.
- IHEAL (Institut des Hautes Etudes de l’Amérique Latine), 1981. *Les phénomènes de « frontière » dans les pays tropicaux*. Paris : Éditions de l’IHEAL.
- ISA (Instituto Socioambiental), 2000. *Amazônia brasileira 2000*, mapa a escala de 1:4 000 000. São Paulo : ISA.
- LÉNA, P., 1986, « Aspects de la frontière amazonienne », in : *Frontières : mythes et pratiques*, *Cahiers des Sciences Humaines*, (22) 3-4 : 319-343. Paris : ORSTOM.
- MARTINS, J. de SOUZA, 1984. « A militarização da questão agrária no Brasil ». Rio de Janeiro: Vozes. 134 p.
- NEPSTAD, D., MOREIRA, A. e ALENCAR, A. 1999. *A floresta em chamas : origens, impactos e prevenção de fogo na Amazônia*, Programa piloto para a proteção das florestais tropicais. 172 p.
- PICARD, J., 1998. *Amazonie brésilienne, les Marchands de rêve : Occupations de terre, rapports sociaux et développement*. Paris : L’Harmattan. 160 p.

SILVA, E. 1997. « A vegetação de Roraima », in: *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA. pp. 400-416.

Mapa 1: Terras indígenas e projetos do INCRA em Roraima : situação geral

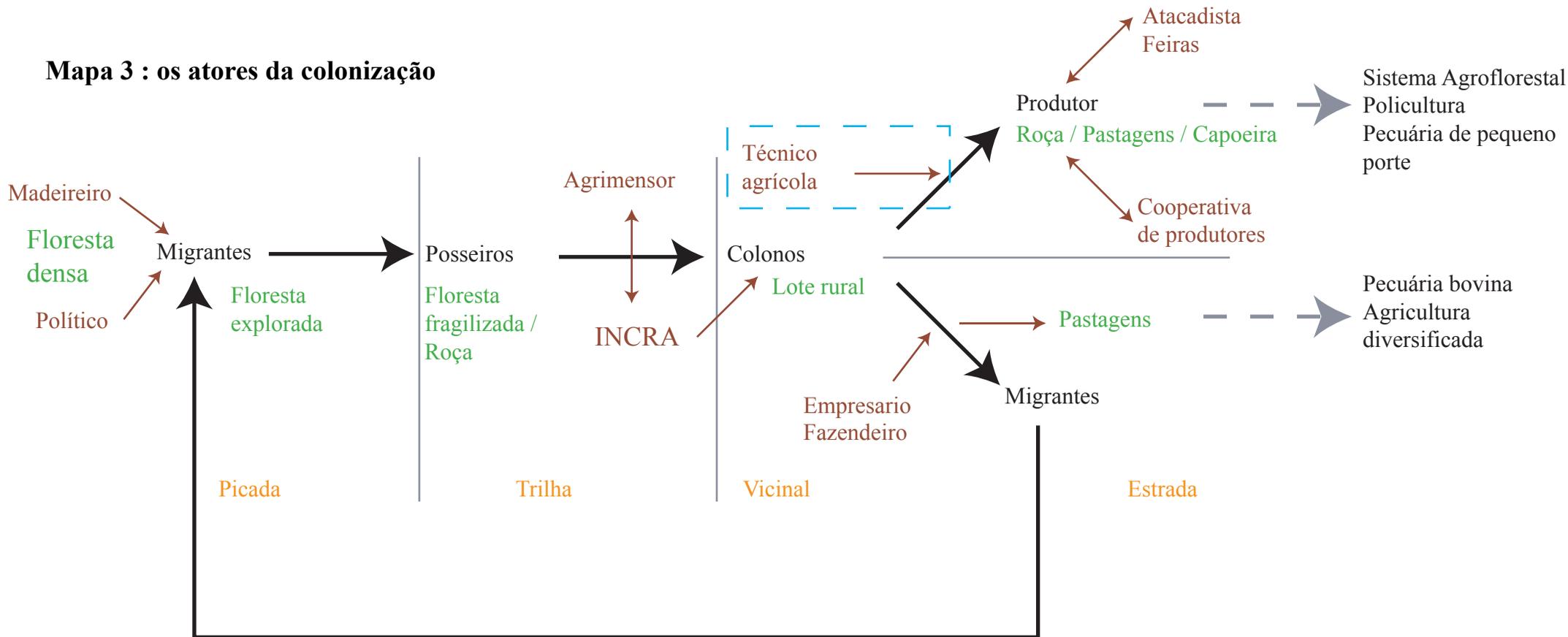


Mapa 2: Repartição da população e repartição dos projetos de assentamento do INCRA



Fonte IBGE/INCRA
©FMLT/CREDAL 2001

Mapa 3 : os atores da colonização



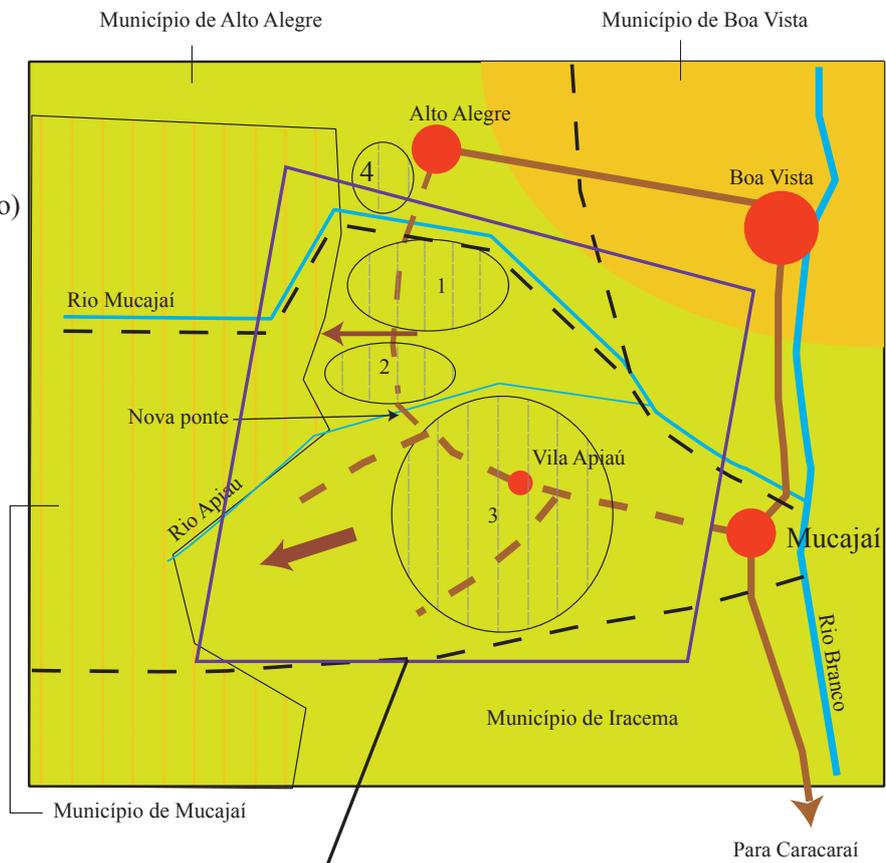
Risco de fogo

- Atores principais
- Atores secundários / coadjuvantes
- - - Projetos de apoio à agricultura familiar (ex. LUMIAR)
- Crescimento dos meios de transporte
- Alterações do meio ambiente

Mapa 4: Situação da zona de colonização de Alto Alegre e Mucajaí em 1999

1. Esquema de síntese

-  Terra Indígena Yanomami
 -  Assentamentos (1. Sumauma, 2. Vila Nova, 3. Apiaú, 4. Paredão)
 -  Zona de floresta
 -  Campos
 -  Estrada de chão
 -  Estrada asfaltada
 -  Vila/cidade
 -  Sentido da pressão fundiária
 -  Limite de município
- 0 km 35 km 70 km
(escala aproximada)



-  Terra Indígena Yanomami
-  Floresta Nacional de Roraima
-  Áreas desmatadas (1999)
-  Áreas de relevo
-  Estrada de chão
-  Limite de município
-  Sentido da pressão fundiária

0 km 20 km 40 km

